

PROMOÇÃO DE PROCURADOR EUROPEU É UMA

“POUCA-VERGONHA”

Rui Rio critica a promoção do procurador europeu José Guerra para o cargo que o Governo assegurava que já tinha, desde o início da indicação. “José Guerra foi nomeado pelo Governo para um cargo que requeria que ele tivesse a classificação de procurador-geral adjunto, coisa que não tinha. Mesmo assim foi-o, ganhando a quem cumpria o requisito. Esta promoção é mais uma evidência da pouca-vergonha do que foi feito”, escreveu o Presidente do PSD na sua conta oficial no Twitter

**pág. 4****PSD**

CEN DEBATEU AS PRIORIDADES DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM PARA 2021-2027

O Conselho Estratégico Nacional (CEN), presidido por Joaquim Miranda Sarmiento, promoveu, dia 12, uma conferência online sobre a Política Agrícola Comum para o período 2021-2027

**pág. 5****PARLAMENTO**

PSD NÃO DESISTE E VAI VOLTAR A APRESENTAR PROPOSTAS PARA REFORMAR A JUSTIÇA

Em declarações à TSF, Mónica Quintela recordou que a preocupação do PSD com a necessidade de reformar a Justiça não surge na sequência da Operação Marquês, mas que já vem desde 2018

**pág. 10****REGIONAIS**

PLANO E ORÇAMENTO PARA 2021 “É O RESULTADO DA ESCOLHA DO POVO AÇORIANO”

João Bruto da Costa, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores, considera que o Plano e Orçamento para 2021 “é o resultado da escolha do povo açoriano”, demonstrando “que se vive um tempo novo” na Região



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

DELÍRIOS

O Governo diz que tem uma ambição. Mudar o estado da ferrovia.

O Plano Ferroviário Nacional, anunciado esta segunda-feira, promete ligações entre todas as capitais de distrito e ainda cobrir com carris todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. Não deixa de ser caricato que um dos piores ministros do XXII Governo, com a tutela dos transportes, nos apresente um plano com tantos objetivos e sem fazer contas a nada. Não há um único esquiço que seja sobre custos. O que Pedro Nuno Santos nos trouxe é apenas um PowerPoint vazio, com trinta slides de fantasia.

Claro que a ferrovia deve ser uma prioridade, mas também queremos saber se é exequível e financeiramente sustentável. Mas, infelizmente, o panorama é francamente desanimador. Em 2021, o país tem o mesmo número de quilómetros de ferrovia que tinha em 1893, tão longínquo que Portugal ainda era uma monarquia constitucional. São 2.546 quilómetros de linhas que, hoje, na prática, funcionam como uma manta de retalhos e, mais grave, 40% das quais foram desativadas nos últimos 47 anos.

Este Plano Ferroviário Nacional vai entrar agora na fase de discussão pública, mas não passa de uma quimera. A este propósito, convirá lembrar o que os socialistas têm feito nos últimos seis anos. Na verdade, muito pouco.

A Linha do Norte é um permanente estaleiro, sempre em obras. O Metro do Mondego, que prevê readaptar o antigo ramal ferroviário da Lousã, teima em não sair do papel. A Linha do Alentejo concentra carruagens antiquadas. A modernização da Linha do Oeste está numa ameaça de arranque e a empreitada de eletrificação do troço entre Sintra e Torres Vedras, com a beneficiação de estações e apeadeiros, promete estar concluída dentro de três anos. A recuperação da Linha do Tua é uma miragem. A Linha do Douro, com a modernização até Barca d'Alva e a reposição da sua conexão com a rede ferroviária espanhola, em Salamanca, não avança. A Linha do Minho já está eletrificada até Viana do Castelo, mas não tem passageiros para Vigo.

Nestas circunstâncias, falar em plano, com novas linhas e redução dos tempos de viagem, é o mesmo que sonhar com a vinda de D. Sebastião. Por outro lado, a gestão dos transportes pelo ministro Pedro Nuno Santos, tal como o seu antecessor, o eurodeputado Pedro Marques, prima pelo ridículo, é uma verdadeira anedota. A CP acaba de reclamar um perdão de dívida, ou seja, quer que os contribuintes – sempre os contribuintes – paguem os disparates das sucessivas administrações. A TAP está numa encruzilhada. Está a proceder ao maior despedimento coletivo de que há memória, mas eufemisticamente chama-lhe apenas “medidas de adesão voluntária”. Parece que o prometido CEO, de origem alemã, já se arrependeu de vir. De comboio não vem de certeza, porque o Lusitânia Comboio Hotel deixou de operar entre Lisboa-Madrid.

Depois, não basta estalar os dedos ou esperar que as viagens de avião com menos de 600 quilómetros desapareçam da Europa, como defende o ministro. O Governo diz que só em 2030 será possível viajar de comboio entre Lisboa e o Porto em pouco mais de uma hora. Será que podemos acreditar ou é outro anúncio, que não passará da intenção?

Alguém acredita escolher fazer a viagem Lisboa-Madrid, de comboio – cerca de 510 quilómetros em linha reta – quando continua a ser mais vantajoso, no custo e no tempo, fazê-la de avião? Aliás, qual o preço justo para uma viagem desta distância e respetiva contrapartida pela pegada de carbono? Conseguirá mesmo o país “transferir uma parte significativa do transporte rodoviário e aéreo para a ferrovia”, quando é necessário, também, mudar os comportamentos dos clientes? Não seria mais sensato testar primeiro no transporte de mercadorias e optar por uma logística rentável, retirando de circulação os veículos mais poluidores e de grande envergadura?

Nenhum modelo de negócio sobrevive se não for rentável. Ou então, o Estado terá de subsidiar constantemente linhas sem passageiros entre cidades com mais de 20 mil habitantes, mas contar-se-ão pelos dedos aqueles que irão abdicar do transporte próprio.

Este ano comemora-se o Ano Europeu do Transporte Ferroviário, que põe a nu a política delirante do Governo para a ferrovia. O Governo está nitidamente de costas voltadas para a realidade. Um Governo que tem mais olhos que barriga e que continua a vender-nos promessas e delírios, para portugueses pagar.

RUI RIO

PROMOÇÃO D É UMA “POUCO




**O GOVERNO, AO
RETIRAR AS FLORESTAS
DO MINISTÉRIO
DA AGRICULTURA,
PREJUDICOU O
DESENVOLVIMENTO
DO SETOR**

Arlindo Cunha, Coordenador Agricultura CEN

CEN

DE PROCURADOR EUROPEU CA-VERGONHA”



Rui Rio critica a promoção do procurador europeu José Guerra para o cargo que o Governo assegurava que já tinha, desde o início da indicação. “José Guerra foi nomeado pelo Governo para um cargo que requeria que ele tivesse a classificação de procurador-geral adjunto, coisa que não tinha. Mesmo assim foi-o, ganhando a quem cumpria o requisito. Esta promoção é mais uma evidência da pouca-vergonha do que foi feito”, escreveu o Presidente do PSD na sua conta oficial no Twitter.

O “Expresso” anunciou, na sexta-feira, 16 de abril de 2021, que o magistrado vai passar a ser procurador-geral adjunto, tendo ficado em 9.º lugar numa lista de 63 magistrados. Deverá ser graduado em breve.

Recorde-se que o Governo português forneceu informações falsas ao Conselho da União Europeia, sobre o nome escolhido para procurador europeu, polémica que manchou a imagem de Portugal. Todas estas mentiras eram do conhecimento da ministra da Justiça, e por essa razão, Rui Rio entendia que o Primeiro-Ministro deveria ter tirado as devidas ilações. “É absolutamente inequívoco que a ministra da Justiça mentiu, claramente, quando disse que não conhecia a carta que tinha as falsidades para influenciar o Conselho a decidir a favor do procurador que pretende e depois as próprias falsidades da carta”, afirmou Rui Rio.

CEN DEBATEU AS PRIORIDADES DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM PARA 2021-2027

O Conselho Estratégico Nacional (CEN), presidido por Joaquim Miranda Sarmento, promoveu, dia 12 de abril de 2021, uma conferência online sobre a Política Agrícola Comum para o período 2021-2027.

Joaquim Miranda Sarmento, que moderou o “webinar”, lamentou a falta de empenho do Governo em encarar a agricultura como uma prioridade política.

Arlindo Cunha, coordenador nacional da secção de Agricultura do CEN, avisa que “o valor acrescentado agrícola não cresce há 20 anos em Portugal”, com o rendimento agrícola a situar-se em metade da média da União Europeia.

O antigo ministro da Agricultura traçou o retrato do sector: “o défice alimentar é de cerca de 4.000 milhões de euros anuais”, a população agrícola está envelhecida, “das mais envelhecidas da Europa”, e um acentuado atraso estrutural.

Arlindo Cunha considera que o discurso oficial só se refere à “digitalização da agricultura, agricultura de precisão, agricultura biológica, economia circular e à descarbonização da agricultura”.

“A sustentabilidade é uma matriz incontornável de toda a economia, e não apenas da agricultura. O futuro da agricultura passa por mais investimento e mais produção, mais produtividade, maior eficiência, maior competitividade, e maior rendimento para os agricultores e menor burocracia da política agrícola”, elencou Arlindo Cunha.

Pedro Santos, engenheiro agrónomo, explicou que os espaços rurais (agricultura, floresta e não cultivados) “representam mais de 75% do território nacional”. Uma realidade que deve estar presente na elaboração das políticas públicas.



Como principais sugestões para o futuro, o ex-secretário-geral da Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo defende a simplificação do acesso e do processo de aprovação para os sistemas de incentivo ao investimento, o reforço dos apoios às estruturas de organização da produção, no sentido de criar escala, de aumentar a capacidade negocial e a capacitação técnica, e o desenvolvimento de uma relação séria na transferência de conhecimentos para o sector primário, envolvendo todos os seus agentes.

“Portugal vai ter acesso a fundos na ordem dos 9 mil milhões de euros”, adiantou.

António Fontainhas Fernandes, reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), entende, por sua vez, que deve ser desenvolvida uma campanha nacional de sensibilização para a preservação do ambiente e para o sequestro do carbono, através da agricultura.

O professor catedrático de Bioquímica Ambiental espera “menos burocracia, maior abrangência e maior equidade” e qualifica de “muito negativo” o atraso nas negociações entre Portugal e a União Europeia relativamente aos novos programas de apoio ao sector. Por outro lado, deve haver uma boa articulação entre as políticas para o sector e as prioridades da União Europeia.

No futuro, advoga António Fontainhas Fernandes, o papel das universidades pode ser importante, para desenvolver a investigação e aumentar o valor acrescentado da produção. Para atingir este objetivo, devem ser utilizados os laboratórios colaborativos, os centros de investigação e o trabalho em rede.

Filipe Ravara, engenheiro agrónomo e diretor do Gabinete de Agronegócios da CGD, alerta para a necessidade de “políticas públicas facilitarem oportunidades” e não complicarem a vida aos agricultores e empresários, destacando o papel do investimento no regadio como fundamental para o desenvolvimento do sector. “É necessário disponibilizar apoios integrados ao investimento, envolvendo por exemplo subsídios, financiamentos, seguros e garantias. Devem ser criadas condições para dar escala aos investimentos dos jovens agricultores, para garantir a sua continuidade no sector”, apontou.

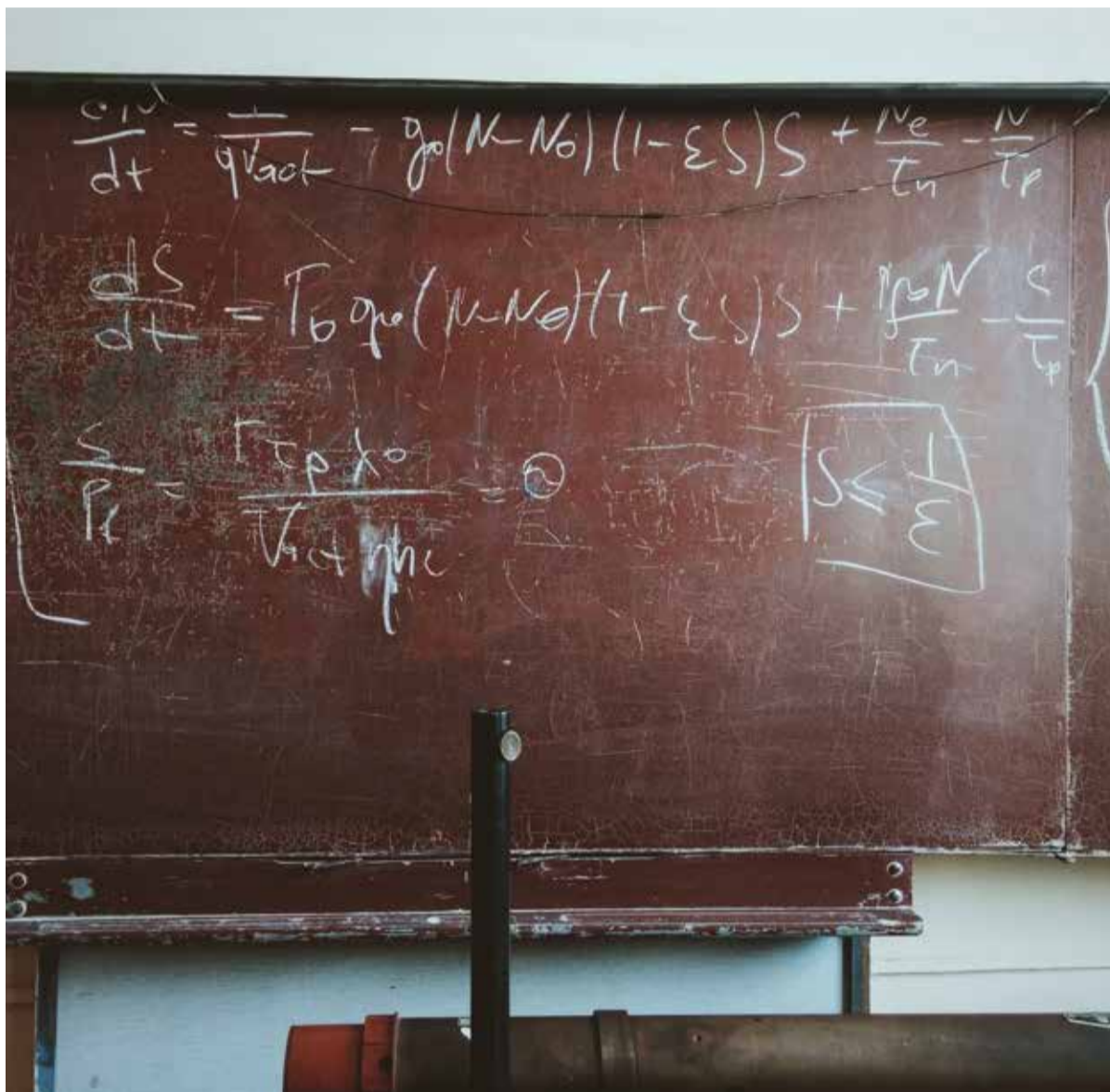
Para Filipe Ravara, as medidas de apoio à comercialização dos produtos são importantes para o sucesso dos investimentos e podem apoiar a escala do negócio.

Francisco Gomes da Silva, docente do quadro do Instituto Superior de Agronomia (ISA) e que se tem dedicado presentemente ao setor florestal, defende uma “programação de fundos mais transparente”, com inteligência e bom senso, assim como na transposição do pacto ecológico para as medidas de apoio ao sector agrícola.

Francisco Gomes da Silva insiste numa definição clara de objetivos. “Não pode haver uma política sem a definição de um objetivo. (...) Queremos aumentar competitividade em quanto? Queremos aumentar a sustentabilidade de que forma? Apoiar o investimento para quê?”, interrogou.



GOVERNO ENGANOU OS PROFESSORES



Luís Leite Ramos acusa o Governo de ter negligenciado os alunos portugueses e de enganado os professores. O vice-Presidente da bancada do PSD não compreende que Portugal não tenha tomado uma única medida de fundo para compensar o impacto do encerramento das escolas nas aprendizagens dos alunos, quando 86% dos países da OCDE o fizeram. "Tivemos dois confinamentos gerais. Se ao primeiro encerramento das escolas esta omissão poderia ter sido tolerável, num segundo confinamento esta atitude é pura negligência", afirma o deputado.

Ao contrário do desleixo do Governo, adianta o deputado, pais, alunos e professores deram verdadeiras lições de aprendizagem a este Governo. "À sua maneira, foram gerindo, caso a caso, a melhor forma de responder às dificuldades. Mas, neste navio sem capitão, todo o futuro de uma geração está nas mãos da boa vontade dos marinheiros, do seu brio profissional, do seu empenho. Porque mesmo sem as condições que lhes prometeram, usando os seus meios próprios e sacrificando a sua vida pessoal, os professores deram o seu melhor para gerir a distância e a mentira". Leite Ramos afirma que os professores "foram enganados", como fomos todos, ao acreditarem "em promessas vãs, números ociosos e datas que foram sempre sendo adiadas: a contratação de assistentes operacionais, na compra e distribuição de computadores, etc."

Para Luís Leite Ramos, será muito injusto que o Estado não lhes reconheça esse mérito e não se responsabilize pelas suas falhas monumentais na Educação.

Segundo o deputado, "corre neste setor uma pandemia paralela: um vírus de ineficácia, insuficiência e degradação que, se não for rapidamente isolado – porque identificado já está, há muito tempo – poderá correr o risco de se propagar."

No debate do 15º estado de emergência, o deputado social-democrata fez ainda questão de salientar a resiliência dos portugueses e exigir ao Governo que os ajude a "reerguer e seguir em frente, com confiança, com rumo, e sem recuos."

MÓNICA QUINTELA

PSD NÃO DESISTE E VAI VOLTAR A APRESENTAR PROPOSTAS PARA REFORMAR A JUSTIÇA

O PSD vai atualizar e voltar a apresentar as suas propostas que visam concretizar uma verdadeira reforma da Justiça em Portugal. Em declarações à TSF, Mónica Quintela recordou que a preocupação do PSD com a necessidade de reformar a Justiça não surge na sequência da Operação Marquês, mas que já vem desde 2018. "O PSD já apresentou um documento aos principais intervenientes e atores políticos, em 2019, com as nossas propostas para toda a Justiça, para as diversas áreas onde há morosidade, onde não há transparência, onde é necessário impor uma sindicância", recordou a deputada.

Apesar da intenção do PSD de reformar a Justiça não ter sido, nessa altura, acompanhada pelos restantes partidos, a deputada e Vice-Coordenadora do CEN para a área da Justiça recorda que o PSD não desistiu deste objetivo e está, neste momento, a atualizar o documento para o voltar a apresentar.

Mónica Quintela reitera mesmo as palavras do Presidente do PSD que considera que "a reforma da Justiça é a primeira das reformas estruturais que tem de ser feita".

A deputada social-democrata frisou ainda que é urgente inverter o atual cenário e que "não podemos ter um Estado a investigar desde 2005 com uma acusação a sair em 2017. Não é possível termos fugas cirúrgicas na praça pública, não é possível um processo estar em segredo de justiça, mas os arguidos terem conhecimento do que se passa nos processos através da leitura de jornais."



GOVERNO NEGLIGENCIA FUTURO ESTRATÉGICO DO “NOVO” SIRESP



O grupo parlamentar do PSD, através do deputado Paulo Moniz, acusa o Governo de continuar a não acautelar o futuro estratégico do SIRESP, enquanto rede de comunicações exclusiva do Estado português para o comando, controlo e coordenação de comunicações em todas as situações de emergência e segurança.

Em comunicado, o PSD analisa os mais recentes desenvolvimentos sobre o SIRESP, em particular as declarações do CEO Altice Portugal, que admite, em entrevista, a interrupção do funcionamento do Sistema de Comunicações de Emergência para Bombeiros e Polícia.

Nesse sentido, o PSD entende que o “Governo ao não ter tido a capacidade de cumprir a data-limite de 30 de junho deste ano, data em que finda o atual contrato SIRESP, SA, arrasta a definição do modelo futuro da infraestrutura nacional de comunicações de emergência, ferramenta essencial em todos os teatros de operações e com uma importância muito acrescida no quadro da pandemia e da sua resposta e ainda no quadro de mais uma época de incêndios florestais que se avizinha a poucas semanas”.

Os deputados sociais-democratas lamentam a “inércia” do Executivo, que “não implementou todas as medidas e melhorias de resiliência e robustecimento da rede SIRESP, para que ela deixe ter, no essencial, a grande maioria das fragilidades estruturais que levaram ao seu colapso nos incêndios de 2017”.

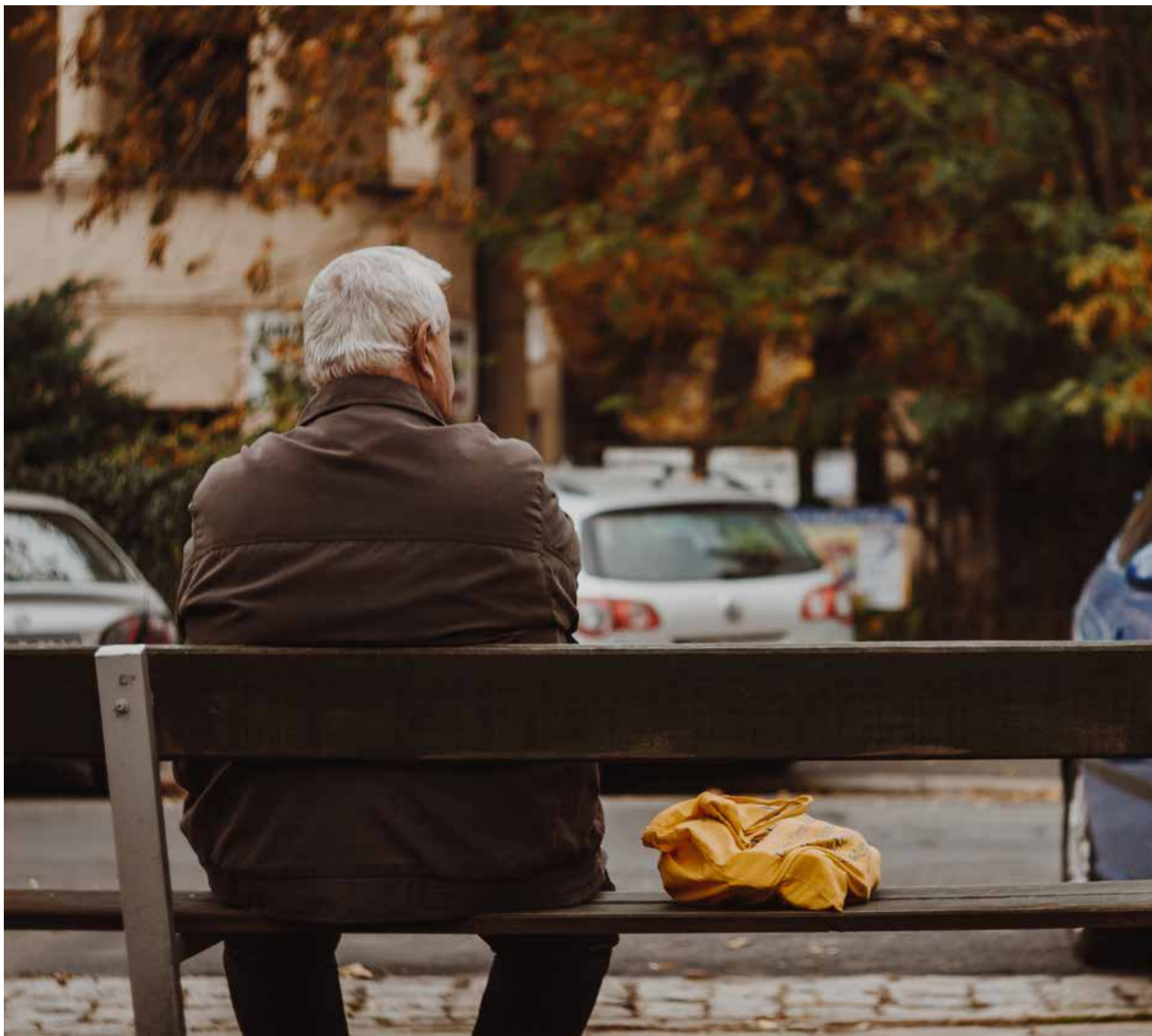
O PSD espera que o Governo saiba assegurar um “novo modelo de gestão, de operação e de manutenção” de comunicações tão essenciais para acorrer às populações nas situações de emergência e de catástrofe, como acontece na época de incêndios.

“Em suma, o Governo continua a não ter a não de resolver, estruturalmente, todas as fragilidades e falhas de construção, configuração operacional, funcionamento e de gestão técnica e operacional, para que o País esteja, de facto, dotado de uma rede de comunicações de segurança e emergência, robusta, fiável, de elevada disponibilidade em cenários de catástrofe e emergência, soberana e com custos ajustados aos valores de um mercado concorrencial competitivo e aberto”, alerta o PSD.

O SIRESP responde às necessidades de mais de 40.000 utilizadores e suporta anualmente um número superior a 35 milhões de chamadas. O SIRESP está estrategicamente sob a alçada do Ministério da Administração Interna.



ATRASOS SUPERIORES A SETE MESES NA ATRIBUIÇÃO DE PENSÕES DA CGA, PSD PEDE EXPLICAÇÕES



O grupo parlamentar do PSD acaba de questionar a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre os atrasos verificados no processamento e na atribuição de pensões da Caixa Geral de Aposentações (CGA). Os atrasos chegam a ser superiores a sete meses (210 dias).

Na pergunta, o PSD refere que “tem recebido diversas exposições de cidadãos que esperam e desesperam por receberem a prestação pecuniária a que têm direito e, para além disso, relatam problemas no sistema informático da Caixa Geral de Aposentações (CGA), nomeadamente, no que se refere ao tempo remanescente indicado para a atribuição da pensão, que, em vez de diminuir, fica paralisado ou aumenta”.

Os deputados sociais-democratas citam ainda as declarações do diretor da Caixa Geral de Aposentações, Vasco Costa, prestadas em outubro de 2019, que afirmou que “há um ano estávamos com um prazo médio de 170 dias nas pensões não unificadas e o compromisso é, até final do ano, cumprir o prazo estipulado no Código de Procedimento Administrativo, que é de 90 dias”.

“Todavia, passado mais de um ano sobre esta afirmação, o PSD continua a receber reclamações de funcionários públicos, que estão há mais de sete meses, ou seja, há mais de 210 dias à espera da conclusão do processo para atribuição da sua pensão de reforma. Para o PSD é urgente eliminar estes atrasos que se verificam na atribuição e processamento das pensões de reforma. Importa ainda corrigir o sistema informático da CGA, no que se refere ao prazo estimado para atribuição da pensão, por forma a não criar incerteza e ainda mais ansiedade nos cidadãos”, concluem.

O PSD pergunta:

- 1 - *A senhora ministra tem conhecimento desta situação?*
- 2 - *Qual a razão para que continuem a verificar-se atrasos significativos no processamento e atribuição das pensões de reforma?*
- 3 - *Quando e como pretende a senhora ministra resolver esta situação?*

GOVERNO CONTINUA POR DIVULGAR RELATÓRIO SOBRE A REFORMA ANTECIPADA DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

O PSD critica o Governo por atrasar na apresentação do estudo sobre a reforma antecipada das pessoas com deficiência. Numa pergunta à secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, o grupo parlamentar social-democrata lamenta que o Governo “continue a falhar” nesta área, já que quatro meses volvidos do compromisso assumido e o Executivo ainda não definiu “as condições de acesso à reforma para as pessoas com deficiência”.

“Em novembro, a secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, no âmbito da discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2021, deu garantias de que esse estudo deveria chegar às organizações representativas das pessoas com deficiência até final do ano passado”, afirma o PSD.

“Para quando a apresentação do relatório final sobre a reforma antecipada das pessoas com deficiência?”, insistem os deputados.

“Mais, em 2020, o Governo iria estudar ‘um regime de acesso antecipado à idade de reforma para beneficiários que tenham incapacidade igual ou superior a 60%, pelo menos 55 anos de idade e que, à data em que completam essa idade, tenham 20 anos civis de registo de remu-



nerações relevantes para cálculo da pensão, 15 dos quais correspondam a uma incapacidade igual ou superior a 60%”, acrescenta o PSD.

Para o PSD, “é fundamental que o estudo seja apresentado com urgência e, a fim de promover uma maior transparência e rigor, é essencial que no estudo conste efetiva-

mente as condições de acesso a propor e que as mesmas sejam quantificadas”.

De acordo com os sociais-democratas, uma audição pública a realizar na Assembleia da República sobre o tema com as várias entidades e organizações representativas das pessoas com deficiência marcada para o dia 20 de abril foi adiada, “tendo em conta que até à data não foi divulgado o relatório final sobre a reforma antecipada das pessoas com deficiência”.

O PSD pergunta:

1. Para quando a apresentação do relatório final sobre a reforma antecipada das pessoas com deficiência?
2. A que se deve e o que justifica tal atraso (quatro meses) na divulgação do relatório, uma vez que, segundo a senhora secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, deveria estar concluído e chegar às organizações representativas das pessoas com deficiência até ao final do ano de 2020?

DESCONFINAMENTO

GOVERNO DISCRIMINA PROFISSIONAIS DO CIRCO E DA TAUROMAQUIA



O PSD acusa o Governo de discriminar os artistas e os profissionais do circo e da tauromaquia “no processo de desconfinamento no âmbito da pandemia de covid-19, ao não permitir que estes sectores possam retomar as suas atividades”, quando, na segunda-feira, 19 de abril, os cinemas, teatros, auditórios e salas de espetáculos voltaram a funcionar.

Numa pergunta à ministra da Cultura, o PSD considera

“inaceitável e lamentável que o Governo, mais uma vez, proceda desta forma discriminatória e tome uma decisão que só pode resultar do preconceito e do capricho de quem governa, dado que se desconhecem critérios científicos, lógicos e racionais para tal deliberação”.

“Além disso, determinar que podem realizar-se espetáculos em recinto coberto ou ao ar livre, excluindo “praças, locais e instalações tauromáquicas”, constitui uma

violação grosseira da Constituição por parte do Governo, uma vez que subsiste o dever constitucional e a responsabilidade de quem governa para com a Tauromaquia, enquanto atividade cultural integrante do património português”, denunciam os deputados social-democratas.

O grupo parlamentar do PSD “não pode deixar de voltar a criticar o facto de a Cultura estar sob a alçada de uma ministra que, das duas uma, ou ignora deliberadamente a legislação portuguesa, ou então acha que pode gerir o Ministério da Cultura com base na discriminação, impondo o seu gosto pessoal ou a arrogância e cedendo à pressão de grupos radicais minoritários na sociedade portuguesa”.

O PSD pergunta:

1. Qual o critério que leva o Governo a integrar o Circo nas atividades recreativas, de lazer e diversão violando grosseiramente a Lei e as recomendações da União Europeia?
2. Qual o critério ou razões ponderosas que levam o Governo a manter encerradas Praças, locais e instalações tauromáquicas?
3. Que critério, regra ou procedimento a Tauromaquia não está a adotar, impedindo-a de realizar espetáculos na Praça de Touros do Campo Pequeno, onde é permitida a existência de outros espetáculos culturais?
4. Qual a previsão de data para a retoma das atividades circenses e tauromáquicas?

CASCAIS LANÇA PROJETO DE TELECONSULTAS GRATUITAS PARA OS MUNICÍPIES

A Câmara de Cascais lançou, dia 20, um serviço de saúde gratuito em regime de teleconsulta, que prevê também a entrega de medicamentos à porta a todos os munícipes detentores do cartão “Viver Cascais”.

As teleconsultas da especialidade de medicina geral e familiar terão uma duração máxima de 30 minutos e estarão disponíveis 24 horas por dia, todos os dias do ano. Já as teleconsultas de pediatria poderão estender-se por um período máximo de três horas, nos dias úteis, entre as 16h00 e as 21h00.

Ambos os serviços serão totalmente gratuitos e haverá ainda a disponibilização de um médico ao domicílio para os detentores do cartão “Viver Cascais”, este já com um custo de 25 euros e que inclui também a entrega gratuita de medicamentos em casa e o transporte em ambulância, desde que determinado pelo médico no momento da consulta.

Carlos Carreiras, presidente da Câmara de Cascais, considerou que este é um passo “revolucionário” na saúde em Portugal. “Hoje lançámos o primeiro vetor deste projeto, mas que é mais vasto e visa a indução da prática de uma vida saudável e de envelhecimento ativo. Arrancámos em primeiro lugar com esta área vocacionada para a saúde porque sabemos que, devido à pandemia [de covid-19], o SNS [Serviço Nacional de Saúde] se direcionou muito para os ‘doentes covid’, mas faltaram recursos para os outros, com outras patologias”, explicou Carlos Carreiras.

O autarca adiantou ainda que, além das teleconsultas, os munícipes poderão ter acesso ao projeto piloto de uma “cabine consultório”, também ela destinada a teleconsulta, mas já equipada com aparelhos de diagnóstico, assim como a consultas presenciais, essencialmente destinadas aos cidadãos que não têm médico de família atribuído.

Quanto ao futuro deste projeto, o presidente da Câmara de Cascais garantiu que o trabalho começou antes de pensar na recandidatura e defendeu que deverá continuar, “seja quem for o próximo presidente”.



CLÁUDIA ANDRÉ DEFENDE APOIOS PARA COMPENSAR OS DANOS DA RECENTE INTEMPÉRIE NO FUNDÃO



A deputada do PSD eleita por Castelo Branco Cláudia André entregou no Parlamento um conjunto de questões, dirigidas à ministra da Agricultura, sobre os prejuízos resultantes das recentes intempéries registadas no concelho do Fundão.

Considerando o mais recente fenómeno meteorológico, registado em 10 de abril de 2021, a parlamentar quis saber se “o Ministério da Agricultura está a estudar a adoção de medidas excecionais de apoio aos produtores da região afetada”, nomeadamente “quais os apoios que o Ministério da Agricultura considera ativar para apoiar os produtores frutícolas da União de Freguesias de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo e das freguesias de Soalheira, Castelo Novo, Alpedrinha e Vale de Prazeres”.

Ao recordar que o Fundão “é considerado a principal zona de produção de cereja nacional e que toda esta região do país foi afetada por um outro fenómeno meteorológico avassalador, no dia 31 de Maio de 2020”, Cláudia André salientou que, quase um ano depois, “entre os produtores afetados, as medidas prometidas pelo Governo em maio de 2020, não tiveram consequências práticas nem efeitos significativos na resolução dos problemas uma vez que os apoios prometidos se manifestaram inapropriados, no tempo e na forma, às necessidades prementes”.

“Em que data foi disponibilizada a linha de crédito bonificada prometida? Quais as entidades bancárias envolvidas? Quantos produtores acederam à linha de crédito bonificada? Quantos produtores foram apoiados pelas linhas de apoio do PDR 2020 e qual o total do montante financeiro dos apoios? Quais as soluções encontradas nas negociações com as seguradoras a fim de adequar as condições seguras às necessidades dos produtores?”, interrogou a deputada do PSD.

PLANO E ORÇAMENTO PARA 2021 “É O RESULTADO DA ESCOLHA DO POVO AÇORIANO”

João Bruto da Costa, vice-presidente da bancada parlamentar do PSD/Açores, considera que o Plano e Orçamento para 2021 “é o resultado da escolha do povo açoriano”, demonstrando que “se vive um tempo novo” na Região.

Intervindo na abertura dos trabalhos parlamentares desta semana, dia 19, o social-democrata sublinhou que os documentos apresentados pelo governo da coligação estão, ainda assim, condicionados pelos muitos problemas herdados do passado”.

Segundo João Bruto da Costa, este será o Orçamento “que vai baixar impostos aos açorianos, colocando na iniciativa individual o estímulo à economia e na liberdade de empreender um pilar do desenvolvimento coletivo”, afirmou. “É também este governo que vai aproximar os açorianos de Santa Maria ao Corvo”, disse, aludindo ao programa, “que permitirá a existência de passagens aéreas a 60 euros, ida e volta, entre qualquer ilha, para os residentes no arquipélago”.

“Antes, havia um governo cuja função era, sobretudo, fazer promessas. Agora, os Açores têm um governo que trabalha para cumprir promessas. E este Orçamento é a prova disso”, referiu o deputado do PSD/Açores.

Mas João Bruto da Costa não deixou de frisar que a Região “tem um percurso cheio de obstáculos, deixados por uma governação socialista de ilusão e truques políticos”, cuja propaganda anunciava “que tudo ia bem”, adiantou.

Por contraste, “estes documentos olham para os mais fracos e desprotegidos da sociedade, transmitindo-lhes uma aposta na sua emancipação pessoal e profissional, na sua liberdade, na saída da pobreza em que foram colocados por décadas de políticas erradas e assistencialistas”, recordou.

Numa alusão popular, João Bruto da Costa disse mesmo que o anterior governo regional “estava à beira do



precipício e tomou a atitude arrogante e pretensiosa de seguir em frente. Os açorianos à beira do precipício e os socialistas a gritar ‘P’rá frente é que é caminho”.

“E o resultado foi a maior dívida pública de sempre”, por um executivo “que destruiu a SATA e fechou o ano de 2020 com o mais elevado défice orçamental do século, com um saldo negativo de 238 milhões de euros”.

“E que teve o desprate de dizer que deixou ao atual governo uma receita extraordinária de 150 milhões de euros”, criticou.

“Diz agora o PS que este governo pode contar com mais 73 milhões de euros, provenientes da devolução de verbas a que a SATA é obrigada pelos aumentos de capital ilegais determinados pelo anterior executivo socialista. Mas esquece o encargo de 165 milhões de euros, só para começar a salvar a empresa da falência a que foi conduzida pelos governos socialistas”, exemplificou.

“Ao contrário do que diz o PS, não há nenhuma receita extraordinária nas contas regionais, mas sim um prejuízo extraordinário superior a 449 milhões de euros, que as atuais e futuras gerações de açorianos terão de pagar”.

O vice-presidente da bancada social-democrata reforçou que “que houve um julgamento, feito pelo povo açoriano em eleições, ao qual o PS não escapou. Da mesma forma que a sua culpa não prescreveu”, mas “em vez de fazer uma análise séria dos documentos orçamentais, o PS prefere falsear os números das contas públicas”.

João Bruto da Costa lembrou ainda que as recentes jornadas parlamentares do PS “foram um palco de má-língua, em vez de um espaço de trabalho a favor dos Açores. E, já hoje, neste plenário, ouvimos lamentavelmente do PS o discurso da reencarnação do superávite”, concluiu.

TSD/AÇORES APOIAM GOVERNO NA DEFESA DA PARENTALIDADE



Os TSD/Açores manifestaram contentamento com a publicação do despacho da secretária Regional da Educação “que vem garantir aos docentes o gozo do período de férias após o termo das licenças de parentalidade”, avançam.

“Apesar de ser um direito consagrado na legislação, e designadamente no Código do Trabalho, o seu usufruto não era permitido por uma interpretação indevida do anterior Governo Regional, da responsabilidade do Partido Socialista”, diz a estrutura liderada por Joaquim Machado.

“Doravante, será possível o gozo do período de férias após o termo das licenças de parentalidade, em qualquer altura do ano escolar, salvo se na impossibilidade da substituição resultar prejuízo para a aprendizagem dos alunos”, explicou o presidente dos Trabalhadores Social Democratas na Região dos Açores.

Para garantir aquele direito, o Governo Regional “compromete-se a manter os contratos de substituição iniciados com a licença de maternidade”, acrescentam.

Para os TSD/Açores, a medida levada a cabo pela secretária regional da Educação, Sofia Ribeiro, “vem dar integral cumprimento da lei, mas também concorrer para a proteção da maternidade e dos direitos que lhe estão associados”.

Com isso, sublinha Joaquim Machado, “elimina-se o caráter subjetivo e casuístico utilizado anteriormente”.

De acordo com o referido despacho, “a parentalidade, nos termos postulados pelo artigo 68.º da Constituição da República Portuguesa, constitui um valor social eminente, competindo ao Estado e à Região criar as condições para proteção daquele direito”.

A medida em causa, conjugada com a recente aprovação de um novo regulamento do concurso do pessoal docente, que reduz significativamente a contratação sucessiva de professores, “é um contributo decisivo para a estabilidade do corpo docente e o seu equilíbrio emocional”, conclui Joaquim Machado.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Lisboa para reunir, no dia 6 de maio (quinta-feira) de 2021, pelas 21H00, por Videoconferência através da plataforma Zoom, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Discussão do entendimento Autárquico com o CDS no âmbito da candidatura do companheiro Carlos Moedas. Nota: Alerta-se para o facto de a credenciação começar às 20H30, sendo para melhor condução dos trabalhos, apela-se aos militantes que façam o login nessa hora.

POVOA DO VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Povoia do Varzim, para reunir no dia 30 de abril (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, no Auditório Municipal, sita na Rua D. Maria I, nº 56 Póvoa de Varzim, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Dar parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autárquicas Locais, nos termos da alínea f) do artº 53º dos Estatutos do PSD;
4. Outros assuntos.

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Vagos, para reunir, no dia 8 de maio (sexta-feira) de 2021, pelas 17H00, no Auditório do CER-Centro de Educação e Recreio, sita na Rua António Carlos Vidal, nº 9, em Vagos, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Dar parecer sobre as candidaturas aos Órgãos das Autárquicas Locais.

Nota: Se à hora marcada para o início dos trabalhos não estiverem presentes mais de metade dos membros, a Assembleia realizar-se-á trinta minutos depois e deliberará com qualquer número de presenças.

VALPAÇOS

Francisco José Fernandes Lavrador, Presidente da Mesa da Assembleia de Secção de Valpaços, convoca ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, a Assembleia de Secção de Valpaços, para reunir no próximo dia 7 de Maio (sexta-feira) de 2021, pelas 17H45 na Sede, sita na Av.25 de Abril - Valpaços, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações e análise da situação política,
2. Eleições Autárquicas 2021, apresentação e emissão de parecer sobre o candidato à Câmara Municipal de Valpaços, proposto pela Comissão Política de Secção, nos termos do artº 53 alínea f) dos Estatutos.
3. outros assuntos.

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Vizela para reunirem em Plenário no próximo dia 30 de abril (sexta-feira) de 2021, pelas 21H00, na Sede do PSD Vizela, sita na Rua Fonseca e Castro, nº 100, em Vizela, tendo como pontos a seguinte;

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Análise e votação da constituição da coligação PPD/PSD com CDS-PP dominada "VIZELA É PARA TODOS".

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com



CONSELHO DISTRITAL DA JSD DE VILA REAL

Ao abrigo do artigo 93.º do Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, aprovados em Conselho Nacional da JSD de 1 de Fevereiro de 2020, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Distrital de Vila Real para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 22 de maio de 2021, com início pelas 15 horas, na sede do PSD de Vila Pouca de Aguiar, sita na Rua Dr.Mota Pinto, nº10, 5450-029 Vila Pouca de Aguiar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações e Balanço de Atividades;
- 2 – Análise da política local e nacional;
- 3 – Outros assuntos;

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Tomar, para reunir no próximo dia 1 de maio de 2021 (sábado) pelas 14:30 horas na sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação, 57-A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 - Análise da Situação Política;
- 3 – Balanço do Mandado da JSD Tomar;
- 4 - Outros assuntos.

SEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamentos Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD/Seia, para reunir no próximo dia 8 de maio de 2021, pelas 14h30m, através da plataforma online Zoom, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política atual do PSD/Seia;
- 2 – Esclarecimento da participação da CP/JSD nas anteriores reuniões da Comissão Política demissionária do PSD/Seia;
- 3 – Posição da CP/JSD sobre a escolha do candidato pelo PSD à presidência da Câmara Municipal de Seia;
- 4 – Tomada de decisão pelo plenário relativamente ao apoio da JSD ao candidato do PSD à presidência da Câmara Municipal de Seia;
- 5 – Debate sobre as Autárquicas 2021. Discussão e planeamento de ideias e contributos dos militantes da JSD para o processo da campanha autárquica;
- 6 – Apresentação das atividades da JSD/Seia, planeadas para o trimestre seguinte;
- 7 - Outros assuntos;

Notas: o link para aceder à reunião online será enviado a todos os militantes por via email nos sete dias antecedentes à realização do plenário da secção concelhia da JSD/Seia.